

SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (SAJU) 2018

Coordenador: VANESSA CHIARI GONÇALVES

Autor: FERNANDA GOSMANN MORAIS

Descrição da ação para apresentação do projeto VILA BOA ESPERANÇA RESISTE! ASSESSORIA JURÍDICA E EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO NA LUTA POR DIREITOS. O Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP), vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS, é constituído por estudantes e profissionais de diversas áreas e trabalha com as temáticas de Direito à Moradia e Educação e Assessoria Popular Comunitária e, desde o ano de 2016, vem atuando na Vila Boa Esperança. A Vila Boa Esperança é uma comunidade popular localizada em frente à Faculdade de Agronomia da UFRGS, numa área pertencente à universidade, e que atualmente abriga aproximadamente 98 famílias. A ocupação iniciou na década de 60, e sua população é formada por trabalhadoras e trabalhadores, sem acesso a moradias dignas, devido a fragilidade histórica da promoção de políticas públicas na área da habitação. A comunidade ganhou visibilidade e passou a se organizar de maneira mais intensa no ano de 2016, após a UFRGS ingressar com pedido de reintegração de posse da área, ameaçando as famílias de despejo e sem oferecer qualquer alternativa de moradia. A partir desse fato, formou-se uma extensa rede de solidariedade à comunidade, constituída por movimentos sociais, projetos de extensão e centros e diretórios acadêmicos da UFRGS. Nesse período, a comunidade manteve-se organizada e mobilizada, conseguindo importantes vitórias, principalmente em relação à suspensão da reintegração de posse, e progressos significativos em relação à regularização fundiária da comunidade. Inserido nesse contexto, o projeto criado pelo GAJUP possui como objetivo geral a realização de acompanhamento e orientação jurídicos na regularização fundiária e urbanística da Vila Boa Esperança, com o fortalecimento dos vínculos comunitários e da organização comunitária, através da Educação Popular para garantia de Direitos Humanos no exercício de uma vida digna, além da atuação como mediador entre as instituições do Estado e a Comunidade. A fim de atingir os objetivos previstos no projeto, procurou-se organizar atividades regulares junto à comunidade em conjunto com grupos e coletivos parceiros, tais como: fomento a reuniões periódicas da associação de moradores, visando à divulgação de informações referentes ao processo judicial e à identificação de direitos que não estejam sendo cumpridos e promoção de seminários e rodas de conversa sobre temáticas envolvendo direito à moradia e Direitos

Humanos, além de temas diversos como o uso consciente dos espaços pertencentes à comunidade e o empoderamento e protagonismo das lideranças comunitárias. No que diz respeito a possíveis avaliações, destaca-se que as atividades previstas foram organizadas conforme a disponibilidade da comunidade e não necessariamente ao calendário elaborado, e que, além das atividades organizadas junto à comunidade, o GAJUP também esteve acompanhando o processo judicial, presenciando a inspeção judicial e a audiência de conciliação.